

**Gênese e proclamação do mito do Quinto Império:
a figura messiânica (e mediática) do Padre António Vieira**

Bernard Emery¹

*“Mas para se escrever tão de caminho
como eu faço, em uma canoa
em que vou navegando no rio das Amazonas...”*
(Padre António Vieira, *Carta ao Bispo do Japão*, 1669)

Introdução

Esta manifestação considerada uma das mais significativas do imaginário lusitano na realidade remonta no tempo até aos primórdios da civilização portuguesa e mais exatamente até às suas raízes messiânicas provenientes do judeu-cristianismo, que irrigarão tanto o relato fundador do «Milagre de Ourique» (acontecimento que teria ocorrido em 1139 e cuja divulgação data da centúria de Trezentos), quanto a noção de «Sétima Idade», desenvolvida por Fernão Lopes a fim de realçar o caráter metafísico, bem como político, do advento da dinastia de Avis (nos finais do século XIV). O inaudito surto dos Descobrimentos que permitirá aos Portugueses de serem donos do comércio mundial, por algumas décadas, através do seu «Império dos Mares» (cf. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire*, 1969) reforça a idéia de uma predestinação divina na outra componente da aventura lusitana, a da evangelização deste mesmo mundo, pois juntamente com a Bandeira e o comércio ultramarino é igualmente a Cruz que concretamente começa a ganhar uma dimensão planetária¹.

Quando vier a decadência, nomeadamente após a derrota militar em Alcácer Quibir e o desaparecimento do jovem rei D.Sebastião I, O Desejado (1578), o imaginário apoderar-se-á do vazio da História, e na altura da Restauração da Independência nacional (1640) todas as teorias mais incríveis levantarão vôo.

E é precisamente este caminho do imaginário que propomos seguirem conosco

¹ Professor titular de literatura da Université Stendhal Grenoble 3 France. E-mail: bernard.emery@u-grenoble3.fr

em torno do vulto fora do comum do Padre António Vieira.

O êxito fugaz de um imenso empreendimento: o encontro final entre o Ocidente e o Oriente (1543-1569)

Cristóvão Colombo falecera em 1506, em Valladolid, não muito longe de Tordesillas. O descobridor das Antilhas nunca encontrara os emissários do Grão-Mogol. Por sua parte, os Portugueses, alguns anos mais tarde, também não os teriam encontrado, mas, por assim dizer, iriam directamente esbarrar com o Império do Meio (a China) e entrariam em contacto com a última grande civilização existente na fachada leste do Pacífico, o Japão, ou seja o reino de Cipango.

Todavia, não é o remate do périplo oriental dos Ocidentais² em si que mais nos importa, neste estágio da história, mas sobretudo o facto de os lusitanos terem ultrapassado o mundo tropical para encontrarem povos que viviam nas latitudes «europeias». Não se trata aqui da escravatura, antiga tradição africana, nem da antropofagia ou dos sacrifícios humanos, os «selvagens» ou os «bárbaros» não mais são os outros, mas os próprios Europeus, à frente dos quais vão os Portugueses, porque, como é sabido, os Japoneses designá-los-ão com este mesmo nome, "os Bárbaros do sul", que um dia deram na costa tranquila da ilha de Tanegashima. Não nos encontramos mais frente aos homens e mulheres nus, cuja inocência, pelo menos indumentária, deixava supor que se fizesse deles com facilidade bons cristãos, mas, sim, frente à gente dum argúcia temível que compreendem (e discutem) a palavra de Cristo e que imediatamente a classificam entre as seitas budistas. A comida japonesa pode parecer aos Europeus bastante repugnante, mas os alimentos são levados à boca de uma maneira asseada, com a ajuda dum par de pauzinhos cruzados, e são eles, os Europeus que se comportam como porcos, pois todos eles ainda comem com os dedos. Desde a sua chegada à ilha de Tanegashima, os Portugueses sentem-se orgulhosos de poderem mostrar a última invenção ocidental em matéria de armas de fogo, o mosquete, capaz de matar um homem à distância de cem passos; porém, no dia seguinte ao da demonstração, ou pouco mais, os Japoneses imitaram, senão aperfeiçoaram este pavoroso instrumento³. E o resto em conformidade...

A implantação no Japão, e em menor escala na China⁴, é um negócio de que se

trata de igual para igual. E não é por isso, aliás, que este mesmo negócio se nos afigure como um fracasso, bem pelo contrário, antes de as influências cruzadas de outros Europeus, e mais especialmente a dos Holandeses, e provavelmente também as avançadas politicamente perigosas do cristianismo, levarem a uma reação política e cultural violenta, e ao fechamento do Japão sobre si mesmo, por muitos anos seguidos. Os biombos "Namban", por exemplo, testemunham da riqueza dos intercâmbios e isso em todas as áreas⁵. Sabemos quanta esperança tinha depositado o aventureiro Mendes Pinto numa vasta operação visando o Japão, ou, em todo o caso, certas ilhas nipônicas, e que infelizmente para ele fracassara. O mercantilismo do Reino do Sol Nascente era tão intransigente quanto, no futuro, o for o seu capitalismo.

Dito isso, podemos considerar que em 1569, com a fundação de uma feitoria portuguesa em Nagasaki, o Império português dos Mares chegara ao auge da sua expansão. Não somente não há mais, além do Japão, grandes terras por descobrir, nem civilizações importantes por encontrar, mas também a distância já parece enorme: devido às incidências conjugadas de monções e alísios, é um ano inteiro que se torna necessário para ir de um lado a outro daquela extraordinária cadeia de fortalezas e fortins, de feitorias, entrepostos, igrejas e conventos. Filipe II de Espanha costumava gabar-se, segundo se diz, de reinar a partir do seu janelco, o conhecido *ventanico* do Escorial, sobre um império, onde o sol nunca se punha. Mais ou menos a mesma coisa acontecia com aquele Mar Português da tradição e dos poetas, apenas num contexto diferente, com outro colorido, com uma mentalidade diferente... É sem dúvida ali que se enxerga com mais nitidez a oposição entre os dois grandes sonhos, as duas grandes miragens ibéricas, a da terra e a do mar, duas miragens que em breve, aliás, fundir-se-ão numa só.

Com efeito, cinco anos depois de Nagasaki, certo Dom Sebastião, rei de Portugal, tentará uma primeira expedição marroquina, onde por pouco não perde a vida. Nada daquilo lhe irá servir de emenda, antes pelo contrário, e aquele conjunto desmedido, acima descrito, entrará então em deliquescência.

Uma pequena nação a quem o fôlego começou a faltar

O bem conhecido velho adágio romano que quer que a Rocha Tarpeia se situe

perto do Capitólio, é o que em breve se vai concretizar, o Capitólio representando aqui aquele imenso e glorioso "Império dos Mares". Igualmente poderíamos desdobrar para o mesmo efeito outra imagem, a do predador que se tivesse defrontado com uma presa bem maior do que ele próprio ou, de qualquer maneira, grande de mais para ele. Submeter a África, e mais especialmente a África negra, sempre foi considerado um empreendimento sem risco de maior para os Europeus e para a sua esmagadora superioridade tecnológica, a grande época colonialista de Oitocentos será a melhor prova disso até à caricatura mais indecente. Derrubar impérios teocráticos como o dos Astecas ou do Inca é uma façanha que ainda continua a espantar os melhores estrategos, mas que se explica também pela surpreendente fragilidade dos edifícios concernidos. Reduzir ao cativo ou condenar à aculturação povos errantes da América não se afigura como uma tarefa fora do alcance de um punhado de bandeirantes sedentos de ouro e de alguns religiosos loucos, a seu modo, por dilatar a fé de Cristo. No entanto, pretender dominar a Ásia, impor a sua lei ao mosaico dos povos do subcontinente indiano, implantar-se de maneira duradoura no labirinto da Insulândia, da Birmânia, no universo vietnamita ou chinês, onde ainda hoje em dia, os piratas são mais fortes que os Estados, vangloriar-se perante os Japoneses, nas suas ilhas longínquas, eis um empreendimento e uma ambição de um coturno superior, mesmo empunhando a Cruz de Cristo e apesar do inegável talento diplomático dos Jesuítas.

Acrescente-se a isso que os demais povos europeus, de que ainda era possível troçar por causa das práticas medievais e das suas guerras arcaicas levadas a cabo durante o século XV e que se prolongaram por algumas décadas da centúria seguinte, por sua vez acabaram por interessar-se pela navegação astronômica, entregando-se com ânsia dos retardatários aos prazeres tão lucrativos do mercantilismo. E já naquela altura, por pouco Portugal não perdera o domínio que tinha sobre o Brasil em benefício dos Franceses; os corsários de Sua Majestade britânica sulcavam todos os mares, em todos os sentidos, e antes de se implantarem de maneira sistemática, começariam por pilhar desavergonhosamente tudo o que os povos ibéricos tentavam trazer à Península, entre mercadorias e riquezas diversas; e por fim, os Holandeses, talvez os mais ativos e empreendedores em matéria do comércio e do enriquecimento, andavam ainda mais no encalço dos Portugueses, arrancando-lhes mercados, feitorias, fortalezas, mesmo antes que a União das duas Coroas lhes deixasse meter a unha com maior facilidade toda aquela empresa ultramarina⁶.

Para que o painel dessa perdição progressiva seja completo, é preciso dar-lhe um último toque, o da corrupção generalizada num espaço sem limites e, portanto sem nenhuma fiscalização possível, e num tempo que também se afigurava como indefinido. Os inúmeros casos de aventureiros citados em exemplo por Mendes Pinto, que só trabalham por sua própria conta e que muitas vezes não passam de retrato interpolado dele próprio, mostram que o Estado lusitano na dita Índia Portuguesa se tinha profundamente fragmentado e diluído, se calhar, desde o início. A orgulhosa caravela começa então a parecer-se com um navio fantasma.

E a esse propósito queríamos lembrar o testemunho exemplar de Camões, do vate Camões, que imagina os Portugueses à cabeça da "máquina do mundo", e abençoados pelos deuses. Funcionário de baixo escalão, posto de lado o seu talento de poeta, Camões vegeta na Índia mirabolante, vagueia em Macau e corre o risco de afogar-se no rio Mecom, depois fica a ver passar os navios na costa de Moçambique, em todos os sentidos da palavra, antes de regressar à pátria sem cheta. Nunca a expressão "os fumos da Índia", como quem diria em francês a ilusão da Índia", numa transposição menos metafórica, terá tido tanta força e tanto cabimento. Como freqüentemente sucede na História, nas situações de decadência anunciada, premonitória, a imaginação desempenha o papel de sexto sentido, substituindo-se à realidade que se desagrega. *Os Lusíadas*, apogeu da glória nacional, saem do prelo em 1572: e já se afiguram como uma grande obra do passado. O presente, senão o futuro próximo, que será ainda pior, é representado pelas "cartas da Índia", impiedosas, desesperadas, que ficaram no espólio do poeta e que representam o balanço da experiência por ele vivida⁷.

Sebastião o Desejado: um primeiro desvio do concreto para o mítico.

A substituição da realidade pelo imaginário, a fuga rumo à alucinação e ao mito, ao contrário da arte de navegar, não é resultado, de uma «saber de experiência feita». Não é por os Portugueses terem conhecido cada vez mais dificuldades no caminho marítimo da Índia, que se transformaria, de quando em quando numa autêntica *via crucis* e não num passeio marítimo glorioso da Cruz, que na mentalidade coletiva se tivesse desenvolvido com tanta força a corrente messiânica e, a seguir, a corrente sebastianista. Como já foi dito na introdução, a idéia remota, segundo a qual Portugal

tinha o seu lugar marcado no grande desígnio divino em escala planetária, não constitui nenhuma novidade, pois esta remonta até à Idade Média, e em certa medida podemos associá-la ao milagre de Ourique, milagre fundador, se é que se possa admitir que se trate mesmo de um milagre⁸.

A novidade é que desta vez não se trata mais de uma vaga esperança, simples exegese bíblica, mas da última conseqüência em termos espirituais duma epopéia bem real, a do Império das Índias. Como em substância o dizia Colombo: «*se eu pudesse navegar até lá, fora porque Deus me ajudara, e que, através da minha humilde pessoa, a vontade Dele se cumprira.*» E o mais importante do seu feito era então reintegrar a ação dele no império hispânico em via de gestação, num contexto cristão e milenarista. Diz-se igualmente, sem que isto seja demasiadamente absurdo, que Carlos V se teria retirado no convento de Yuste, porque não tinha podido, ou sabido, concretizar o reino de Deus na terra.

Há, portanto, na Península Ibérica, catolicíssima e na proa do combate ao Islão, este último ainda acampado à sua porta, um terreno propício à eclosão de um movimento messiânico cristão, pronto a ressurgir da convergência entre uma empresa política, por força inacabada, e o seu suporte espiritual: o rei de Portugal ou o imperador de Espanha não são encarnação de Deus, e por isso não podem materialmente impor o reino de Deus na terra, mas, é, sim, o instrumento de Deus, numa obra apocalíptica, no sentido teológico do termo, que está a cumprir-se, ou haveria de continuar a cumprir-se até ao fim. Acrescente-se que a expansão imperial é menos sentida como diretamente incluída na obra de Deus que os progressos realizados no Mediterrâneo no combate ao inimigo absoluto que é o inimigo islamita.

É exatamente na altura do apogeu do «Marrocos português», por volta de 1540, que aparecem as famosas *Trovas* de Gonçalo Anes, alcunhado de *Bandarra*⁹, sapateiro de Trancoso. Trata-se de um poema messiânico e esotérico que se parece bastante, deste ponto de vista, com às *Centúrias* de Nostradamus, misturando porém as suas profecias com considerações de cunho social, dentro do esquema do rei (ou do messias) oculto, ou seja do Encoberto¹⁰, cuja tradição data da Idade Média e procede provavelmente da Catalunha. O texto, que circula sob a forma de um manuscrito, conhece uma larga difusão, nomeadamente entre os cristãos-novos¹¹ e suscita naturalmente a curiosidade da recém implantada Inquisição¹². Daí resultará um processo de conseqüências benignas para o autor das *Trovas*. Com efeito, a sentença proferida ao seu encontro é bastante

reveladora: Bandarra fica proibido de fazer mais comentários às Escrituras e outros textos sagrado e de desinquietar os cristãos-novos, divulgando os seus escritos¹³.

Este é o texto básico, bastante inofensivo, que entronca na antiga tradição messiânica do judeu-cristianismo ibérico, mas que havia de conhecer um destino extraordinário, a partir do momento em que iria conjugar-se com os acontecimentos da vida e mais especialmente com a morte duma segunda personagem, desta vez um rei, o famoso D. Sebastião I. Este último, aliás, só viria ao mundo uns quinze anos depois do aparecimento das *Trovas*, em 1554. Todavia, o nascimento do filho do Infante D. João e da princesa D. Joana de Áustria, filha de Carlos V, já estava envolto numa aura maravilhosa: como acontecia de modo crônico na sucessão no trono de Portugal, o reino ia encontrar-se mais uma vez sem príncipe-herdeiro, quando, no último momento, nascera o menino Sebastião. E é por isso mesmo que lhe chamaram de Desejado, e não, como freqüentemente se pensa, por causa do seu desaparecimento em Alcácer-Quibir e da esperança vã no seu regresso.

Assim sendo, as circunstâncias do nascimento do rei, algumas das suas características físicas e mentais, bem como os seus projetos grandiosos de conquista muito cristã (e compulsiva) do Marrocos muçulmano, na altura em que D. Sebastião já era dono do império português dos mares anteriormente referido, vão levar, como numa peça de teatro bem estruturada, a uma convergência da aspiração messiânica popular, que as *Trovas* de Bandarra atestam, e do destino trágico do monarca desaparecido, e logo para sempre escondido ou encoberto, no desenrolar duma batalha contra o Infiel, a qual teria podido ser, se Deus assim quisesse, mais uma etapa, inegavelmente decisiva, daquela instauração do reino de Deus (O dos Cristãos, evidentemente) na terra.

Por muito tempo ainda se debaterá acerca das circunstâncias da batalha, da acumulação dos erros estratégicos, ou da simples indecisão do veredicto das armas, a qual muitas vezes se mostra caprichosa, porém, de fato, na história ou na sociologia o mero acaso não existe: o molde que constitui o espírito das *Trovas* vai servir de caixa matriz ajustada à personalidade do jovem rei, exaltado, senão iluminado, e por outro lado já marcado, ele, o Desejado, pelo que se costuma chamar o destino...

A contingência fez o resto. Só se podia esperar que o destino se cumprisse, no devido prazo, pois o cenário já estava pronto. Propomos, então, a leitura e, se for preciso, submetemos à decifração e interpretação pessoal de cada um dos leitores, a parte final das *Trovas*, aquela em que com uma maior nitidez aparece, por assim dizer,

a figura enigmática daquele, que depois de vencer o dragão, imporá ao mundo, e mais especialmente aos Judeus, a lei de Cristo:

Sonho Terceiro das Trovas de Bandarra:

CL.

Vejo erguer um grão Rei!
 Todo bem aventurado,
 E será tão prosperado,
 Que defenderá a grei.

CLI.

Este guardará a Lei
 De todas as heregias,
 Derrubará as fantezias
 Dos que guardão, o que não sei.

CLII.

Vejo sahir um fronteiro
 Do Reino detrás da serra,
 Desejoso de por guerra
 Esforçado cavalleiro.

CLIII.

Este será o primeiro,
 Que se porá o seu pendão
 Na cabeça do Dragão,
 Derruba lo ha por inteiro.

CLIV.

Acho, que depois virá
 Às ovelhas um pastor
 Mui manso, e bom guardador,
 Que o fato reformará

CLV.

Este pastor lhe dará
 A comer herva mui sã,
 E de suas ovelhas, e lã
 Ao mesmo Deus vestirá.

CLVI.

Todos terão um amor,
 Gentios como pagãos,

Os Judeus serão Christãos,
Sem jamais haver error.

CLVII.

Servirão um so Senhor
Jesu Christo, que nomeio,
Todos crerão, que ja veio
O Ungido Salvador.

CLVIII.

Tudo quanto aqui se diz,
Olhem bem as Profecias
De Daniel, e Jeremias,
Ponderem nas de raiz.

CLIX.

Acharão, que nestes dias
Serão grandes novidades,
Novas leis, e variedades,
Mil contendias, e porfias¹⁴.

A travessia do deserto: argúcias jurídicas e projecção rumo ao Quinto Império

A historiografia oitocentista que revisitara aquele período sob o prisma nacional quando não nacionalista, sem dúvida simplificou as coisas de uma maneira exagerada. O inelutável epílogo da tragédia de Alcácer Quibir¹⁵, nomeadamente a união das duas Coroas ibéricas na cabeça do único herdeiro sobrevivente, Filipe II de Espanha, não foi tão negativa como a quiseram pintar, sobretudo no tocante ao Império português. Não houve nenhuma espoliação, por parte do tio, das possessões do sobrinho, tal como não houve anexação de Portugal por Castela. Em certa medida também, o ônus do Império tornou-se menos pesado a assumir, tanto mais que a classe dirigente portuguesa havia sido fisicamente dizimada e moralmente destruída triste aventura maroquina. Diga-se o que se disser o iberismo nunca ficou completamente abandonado, e ainda o veremos ressurgir em certas épocas de crise, nos finais do século XIX, por exemplo, na altura do processo de «decadência» dos povos ibéricos.

Mas mesmo assim, a situação militar e diplomática do Império ibérico unido não será realmente florescente, e até 1640¹⁶ não haverá sinais de qualquer melhoria.

Portanto, vamos assistir, na falta de um combate dominador, a um vasto debate jurídico sobre a noção de *mare clausum*¹⁷, aplicada agora ao monopólio de navegação e de contacto com os indígenas, concedido ao conjunto dos países ibéricos.

Desejamos chamar a atenção sobre esse aspecto das coisas, primeiro por encontrar-se aí o embrião duma jurisprudência internacional, e segundo, por o âmago da argumentação ser o mesmo que aquele que serve de base para a construção intelectual do Quinto Império: uma exegese orientada dos textos sagrados e dos seus inúmeros comentadores¹⁸. Da mesma maneira que cabe ao príncipe cristianíssimo, o «*príncipe cristiano*» dos ensaios teóricos redigidos sobre este assunto em castelhano, ser a ponta de lança do advento do reino de Cristo na terra, é aos seus súbditos que coube, sob a autoridade do Papa, a participação na grandiosa tarefa da evangelização... obviamente, sem prejuízo das eventuais conseqüências comerciais. Os Holandeses, principais contraditores neste debate, não se deixam ludibriar pela confusão dos gêneros religioso e comercial, assim praticada desde a origem e prolongada sob esta forma enganosa.

Mesmo que a «dominação filipina» não seja melhor nem mais nefanda que a «união de duas coroas ibéricas», é precisamente neste período, em que Portugal já não tem rei no trono de Lisboa e em vão as populações estão a reivindicar a visita periódica do suzerano madrileno, como sinal de reconhecimento, que o povo começa a procurar um monarca: seja o fantasma de D. Sebastião, saindo das ondas numa manhã de nevoeiro, seja o messias oculto que venha devolver ao país a grandeza do passado e prolongar a obra empreendida até ao advento do reinado de Cristo *in orbis terrarum*, por outras palavras, sobre toda a superfície da terra. De acordo com as regras da dialética, é a ausência que favorece o surto das manifestações oníricas, e quando Vieira (veja mais adiante) tentar pôr um nome e uma identidade no retrato oco do «encoberto», será muito incomodado, antes de reconhecer nele D. João IV, considerado «restaurador da Independência nacional», contra a sua vontade. O rei escondido fosse ele qual fosse, e por onde quer que este rei andasse nos limbos de um além mal definido, só podia ser infinitamente superior a um Bragança sem brilho pessoal, hesitante, pusilânime.

Por outro lado, o luto pesado que nunca pôde ser inteiramente cumprido e portanto evacuado normalmente, na ausência ou na dúvida com respeito aos despojos mortais do rei defunto, vai favorecer ainda mais o messianismo latente desde Bandarra e os desenganos do Império. A idéia do Quinto Império vai desenvolver-se, tomar corpo, aos poucos, ganhando mais consistência. Antes de encontrar o seu expoente teórico, na

pessoa do Padre Vieira, a mesma idéia será retomada reiteradas vezes a nível político pelo defensores da Restauração. Em 1603, decorrido um ano apenas após a execução do último impostor¹⁹, o calabrés²⁰ Tullio Catizone, é publicada em Paris uma nova edição das *Trovas*, provida dum subtítulo evocador: «*Paráfrase e concordância de algumas profecias do Bandarra, Sapateiro de Trancoso*».

Vieira, teorizador do Quinto Império

A figura do padre António Vieira Ravasco, inicialmente conhecida, sobretudo em França, pelo barroquismo resplandecente dos seus sermões²¹, representa muito mais que a versão luso-brasileira de Jacques-Bénigne Bossuet, alcunhado de *Águia de Meaux*. Vieira é um testemunha empenhado e virulento das invasões holandesas no Brasil, um diplomata ativo da Restauração, e além de mais um pensador extraordinariamente perspicaz e loucamente iluminado pela missão histórica e evangélica de que Portugal tenha sido incumbido. E é a esse título que nos referimos a este vulto que se destaca na História de Seiscentos.

Leia-se, portanto, atentando aos pormenores, o texto submetido à apreciação dos leitores no remate da presente exposição. Trata-se da definição cabal, lavrada pelo punho do próprio Vieira, daquilo que se deve entender por «Quinto Império». Contudo, para ajudar à compreensão do universo intelectual no qual evolui o pensamento do brilhante visionário, por vezes afigurando-se algo estranho para o nosso espírito cartesiano, desejávamos lembrar duas noções importantes e muito peculiares do pensamento vieirino: a do tempo e a da dupla natureza do corpo do rei.

Para Vieira, o tempo pode ter uma expressão geográfica, e a imagem que emprega se refere claramente ao esquema dos Descobrimentos, mais especialmente daqueles que foram realizados pelo povo lusíada. Além disso, a definição especular por ele elaborada também nos quer parecer flexível e adaptável, se a aplicarmos a um qualquer passado glorioso, cuja lembrança permanece viva na memória das gentes:

O tempo, como o mundo, tem dois hemisférios: um superior e

visível, que é o do passado, outro inferior e invisível, que é o do futuro. No meio de um e de outro hemisfério ficam os horizontes do tempo que são estes instantes do presente que imos vivendo, onde o passado se termina e o futuro começa. Desde este ponto toma princípio a nossa história, a qual nos irá descobrindo as novas regiões e os novos habitantes deste segundo hemisfério do tempo que são os antípodas do passado. Oh, que coisas grandes e raras haverá que ver neste novo descobrimento!²²

No que diz respeito ao «segundo corpo do rei», imputrescível e espiritual, em boa verdade, como o de Cristo²³, ele permite explicar melhor as transubstanciações e reencarnações do princípio do Quinto Império nos sucessivos soberanos portugueses. Esclarece, à luz dos novos achados, o debate sobre o tal corpo mutilado, caído na margem do Oued El-Makhasen, a quando da nefasta batalha de Alcácer Quibir.

Ressaltem-se que o padre Vieira, como Bandarra, chamará a atenção da Inquisição, atraindo sobre si os raios da ira do temível Tribunal da Fé, por causa da sua teoria do Quinto Império²⁴ e que mais tarde, a Real Mesa Censória, instituída por Pombal, não se mostrará mais clemente nem benevolente para a corrente sebastianista e para todo aquilo que se pudesse parecer como esta última. A ortodoxia religiosa, ou laica, mesmo sabendo aproveitar-se à perfeição dos surtos do imaginário coletivo, como aconteceria mais tarde com as aparições de Fátima, primeiro finge não aderir a eles, mantendo-se prudentemente afastada dos mesmos, com muita subtileza e astúcia, durante o tempo necessário, até conseguir o domínio exclusivo dos espíritos e dos pensamentos, impondo o seu pensamento único e dominador.

Teoria do Quinto Império segundo António Vieira

Definição²⁵ [capítulo segundo]:

«Em respeito, pois, e suposição destes quatro Impérios, chamamos *Império Quinto* ao novo e futuro que mostrará o discurso desta nossa *História*. O qual se há de seguir, seguir ao Império Romano na mesma forma de sucessão em que o Romano se

seguiu ao Grego, o Grego ao Persa e o Persa ao Assírio. E assim como o Império dos Persas se chama o Segundo Império, porque sucedeu ao dos Assírios, que foi o primeiro do Mundo, e o dos Gregos se chama o Terceiro, porque sucedeu ao dos Assírios e dos Persas, e o dos Romanos se chama o Quarto, porque sucedeu ao dos Assírios, ao dos Persas e ao dos Gregos, assim este nosso Império, porque há de suceder ao dos Assírios, Persas, Gregos e Romanos (como logo veremos) se deve chamar com a mesma razão e propriedade o *Quinto Império do Mundo*. E porque todos os outros Impérios, passados e presentes, por grandes e poderosos que fossem, ficaram fora da ordem desta sucessão, que começou no primeiro e há de acabar no Quinto (que será também o último), por isso as Escrituras Sagradas não fazem menção nem memória alguma deles, como também nós a não fazemos. Nem eles, por muitos que hajam sido, ficando fora da mesma ordem, podem acrescentar número ou lugar ao novo Império com que mude ou exceda o que lhe damos de Quinto.

Tudo o que até aqui fica dito são suposições certas e sem dúvida, tiradas de diferentes lugares do Texto Sagrado, que vão citadas à margem, e o não pusemos no corpo da história por não embarçar o desenho dela. Autores que dizem o mesmo, posto que em matéria tão averiguada e sem controvérsia não são necessários autores, alegaremos nos capítulos seguintes. O que resta e importa mostrar é que haja de haver sem dúvida este novo e prometido Império a que chamamos Quinto. E assim o faremos agora, com toda a demonstração e certeza, porque esta é a base e fundamento de toda a nossa *História* e assunto particular deste Primeiro Livro.»

Demonstração [Capítulo sexto]²⁶:

«O principal fundamento dos que não admitem no Reino de Cristo o império e domínio temporal, é por não haver título, como eles dizem, ao qual compita e seja devido aquele domínio. E para que se veja manifestamente a debilidade deste fundamento e tragamos à nossa sentença os mesmos autores que em seguimento deles abraçam a contrária, apontaremos e provaremos aqui, com a maior brevidade que nos for possível, os títulos por que é devido e compete a Cristo, enquanto homem, o Império e domínio supremo, não só espiritual, senão também temporal de todo o Mundo. São estes títulos seis, todos legítimos e conforme o direito: o primeiro por natureza, o segundo por herança, o terceiro por doação, o quarto por compra, o quinto por guerra justa, o sexto por eleição e aceitação de todos os homens, como iremos mostrando pela mesma ordem.

Primeiramente, é Cristo Rei e universal Monarca do Mundo por natureza, porque por meio da união da divindade à humanidade, a qual se inclui essencialmente na natureza de Cristo, sem algum outro concurso ou condição extrínseca, da parte de Deus nem da parte dos homens, pertence ao mesmo Cristo, enquanto homem, o domínio e império universal de tudo o criado, e por ela fica constituído, ou por ela (sem ninguém o constituir) é Rei e Senhor e Monarca supremo de todos os reis, de todos os reinos e de todos os impérios do Mundo. Por isso, Cristo, no *Apocalipse*, trazia o título de *Rex regum* e *Dominus dominantium*²⁷, escrito, como diz o texto, *in femore*, que significa a *geração humana*, para mostrar que o ser Rei de todos os reis e Senhor de todos os senhores lhe convinha e era seu por sua própria natureza. E, por isso, o nome que lhe pus eram na circuncisão foi de *Jesus*, que quer dizer *Salvador*, e não o de Cristo, que quer dizer *Ungido*, porque o ser ungido, por Rei e universal Monarca do Mundo não lhe pertencia por imposição divina ou humana, senão por natureza própria sua, ou por ser quem era. *Salvador* por obediência, mas *ungido* por natureza. E assim como antigamente se faziam ou consagravam os reis pelo óleo com que eram ungidos, assim a união hipostática²⁸ em Cristo foi uma verdadeira e própria unção, com que juntamente com o ser e a natureza recebeu o poder e a Monarquia do Mundo.

Este é o único fundamento do Padre Vasques, a quem geralmente seguiram todos os que depois dele escreveram. Do qual Vasques diz Salazar que foi o primeiro a quem a Teologia deve os sólidos e verdadeiros princípios em que fundou o Império temporal de Cristo. E posto que Arriaga²⁹, por não faltar ao costume de impugnar tudo, não reconheceu na unção da união hipostática mais que a propriedade e energia da metáfora, nós veneramos nela a autoridade de David, que assim o disse no Salmo XLIV: *Unxit te Deus, Deus tuus, oleo lætitiæ præ consortibus tuis*³⁰, e a explicação de Santo Agostinho e São Gregório Nazianzeno, e de outros grandes Padres que assim o entenderam. Porei suas palavras no capítulo seguinte, pelas não repetir duas vezes.

O segundo título do Império de Cristo é por herança, porque, sendo Cristo filho natural de Deus, conforme o texto de São Paulo *-quod si filius et hæres*³¹ — lhe pertence a Cristo o título, de herdeiro do domínio e império universal do Mundo de que Deus é absoluto Senhor. Assim o disse o mesmo Deus por boca do Profeta Rei: *Postula a me et dabo tibi gentes hæreditatem tuam et possessionem tuam terminos terræ*³². E São Paulo, falando também de Cristo: *Quem hæredem universorum per quem fecit et sæcula*³³. E o mesmo Cristo, na parábola da vinha: *Hic est hæres, venite et occidamus*

*eum*³⁴. E neste título convêm todos os teólogos acima alegados, como também no seguinte³⁵.

É o terceiro título o de doação, o qual se acha mais expresso que todos, assim no Velho como no Novo Testamento, no Salmo pouco antes alegado: *Dabo tibi gentes hæreditatem tuam*; e no Salmo: *Omni subjecisti sub pedibus ejus*;³⁶ as quais palavras entende São Paulo de Cristo, no Primeiro Capítulo da *Epístola aos Hebreus*. O Anjo à Senhora, no capítulo segundo de São Lucas: *Dabit illi dominus Deus sedem David patris ejus et regnabit in domo Jacob*³⁷. São João, no capítulo terceiro: *Sciens quia omnia dedit ei pater in manus*³⁸. O mesmo Cristo no capítulo...: *Omnia mihi tradita sunt a Patre meo*³⁹. E no capítulo...: *Data est mihi omnis potestas in caelo et in terra*⁴⁰.

O título da compra, que é o quarto, parece que cai mais imediatamente sobre os homens que sobre o Mundo, mas ao primeiro domínio se segue necessária e naturalmente o segundo, assim como o que é senhor do escravo fica juntamente sendo de todos os seus bens. E é conclusão certa na teologia, e de grande glória não só de Cristo, mas nossa, que pelo título da Redenção não só ficamos vassallos deste soberaníssimo Monarca, senão verdadeiramente escravos seus, comprados com o preço de seu sangue: *empti enim estis pretio Magno*⁴¹.

O sexto e último título do Império de Cristo dizíamos que era por consentimento, aceitação e como eleição de todas as nações do Mundo. Este título é o mais natural e jurídico entre os homens, em cujas comunidades, quando querem viver juntos e politicamente, puseram Deus, como autor da natureza, o poder e jurisdição suprema de eleger e nomear príncipe. Assim o tem a comum sentença de todos os juristas e teólogos, e o alcançaram e ensinaram antes deles, por lume natural, Aristóteles no Livro III das *Políticas*, e Platão no Diálogo *De Regno* e nos livros *De republica*. Mas em Cristo parece que não pode ter lugar este título, porque, sendo o Monarca universal de todo o Mundo e de todos os homens, era necessário, que os mesmos homens conviessem todos neste consentimento, eleição ou aceitação, como acima dizíamos, e este consentimento comum nunca o houve no Mundo, antes, como dizem alguns teólogos, não é possível havê-lo. Contudo, digo que não faltou ao Império, e Monarquia universal de Cristo este último título do consentimento, e aceitação universal dos homens, como agora mostrarei. E peço licença aos que quiserem ler este discurso para meditar um pouco mais nele, por ser pensamento novo e matéria até agora não tratada, à qual é necessário, abrir os alicerces e lançar os primeiros e sólidos fundamentos,

prometendo aos que fizerem este detença não perderão o fruto do tempo que nela gastarem, pois verão por grandes notícias e não vulgares da Antiguidade quão certa e concertadamente concorre a novidade e verdade desta nossa consideração ao maior estabelecimento do Reino de Cristo⁴².

BIBLIOGRAFIA

António Vieira, *História do Futuro*, INCM, Lisboa, 1982, p. 241/305-308.

Notas:

¹ Cf. René Duchac, "Quand la Croix vient après la bannière", *Taira* 10, Stendhal, Grenoble, 1999, p. 23-59.

² Périplo, aliás, que Fernão de Magalhães, português que navegava por conta da Coroa espanhola, mais ou menos acabara com a sua famosa volta ao mundo, em 1522...

³ "Tanegashima" é, aliás, o antigo nome nipónico do mosquete ou da carabina.

⁴ Rigorosamente xenófoba, a China será muito avessa à penetração estrangeira no seu território, pelo menos até à decadência profunda do seu Império, no século XIX. Apenas aceitará o sistema de empórios comerciais, a funcionar como "abertura para o comércio", de que Macau será um belo exemplo, bem antes do empório internacional, sob o mandato britânico, de Hong-Kong.

⁵ Veja-se em relação àquele aspecto cultural, o artigo de Charles Béné, "Les Portugais au Japon au XVIe siècle" in *Le Don Quichotte des mers et des naufrages*, CRELIT-Stendhal, 1997, p.63-73.

⁶ Sem nos esquecermos da estrutura bancária e pré-industrial da Europa do Renascimento, a qual fazia com que a parte essencial das riquezas apenas passava por Lisboa (ou por Sevilha) e só se tornava produtiva nos bancos de Antuérpia, de Amsterdão ou de Londres.

⁷ Mesmo que se tome em linha de conta a evidente subjectividade do autor, o qual, cónscio do seu valor e do seu talento pessoal, nunca realmente aceitou passar na vida por um pobre entre os pobres.

⁸ A esse propósito, parece estranho que Fernando Pessoa não fizesse nenhuma alusão a Ourique, enquanto retomou a lenda paganíssima da fundação de Lisboa por Ulisses. Mas a intuição do poeta não é nenhum catecismo político, nem o rigor do historiador. A meditar.

⁹ Na origem, um estróina, um brincalhão, um preguiçoso...

¹⁰ Cf. também o "Ecce Homo" ou o Cristo "encoberto", pintado por um artista anónimo da chamada Escola Portuguesa da segunda metade de Quatrocentos, pertencente ao acervo do Museu Nacional da Arte Antiga, de Lisboa.

¹¹ O mito messiânico tem fundamentalmente origens judaicas.

¹² Institucionalizada a partir de 1536, depois de muitas tergiversações.

¹³ Cf. entre outras fontes, o *Processo de Gonçalo Anes Bandarra*, Trancoso, 1996. Trata-se da transcrição paleográfica do documento inquisitorial.

¹⁴ Citamos a partir da edição de António Machado Pires, *D. Sebastião e o Encoberto*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p. 144-145.

¹⁵ Sobre este assunto tantas vezes debatido, remetemos também para trabalhos mais recentes, como o de Jacqueline Herman, *No Reino do Desejado* (1998), que dá uma visão brasileira da batalha e do sebastianismo de modo geral.

¹⁶ A batalha de Rocroi que marca simbolicamente o fim da grande potência espanhola, teve lugar em 1643.

¹⁷ É a noção jurídica fundamental incluída no Tratado de Tordesilhas de 1494.

¹⁸ À qual se junta, aliás, todo o acervo da cultura clássica greco-latina.

¹⁹ Dos numerosos aventureiros que tentaram a sorte usurpando a identidade de D. Sebastião.

²⁰ Ou siciliano cf. Fernando Campos, *A Ponte dos Suspiros*.

²¹ Veja os escritos datando dos anos de 1950 de Raymond Cantel, o primeiro lusitanista a divulgar largamente a obra vieirina em França, *Les Sermons de Vieira. Étude du style*, Paris, 1959.

²² Citamos aqui segundo o artigo de Helena Barbas «*Sebastianismo e Mito Imperial em Almeida Garrett*» in *Portugal, Mitos revistados*, ed. Salamandra, Lisboa, 1993, p.194.

²³ Consulte a esse propósito o artigo de Yvette Centeno, *O Padre Vieira e o Segundo Corpo do Rei*, in *Táira 3*, CRELIT -Stendhal, Grenoble, 1991, p.53-74.

²⁴ Só que o Pe António Vieira se achará livre finalmente das garras da Inquisição... graças a um salvo-conduto papal.

²⁵ Citamos a partir da edição da edição Maria Leonor Carvalhão Buescu, *História do Futuro*, INCM, Lisboa, 1982, p. 241.

²⁶ *Ibid.*, p. 305-308.

²⁷ Quer dizer, o rei dos reis, o senhor do senhores.

²⁸ O princípio da Trindade, ou seja a apresentação da divindade sobe a forma múltipla de três pessoas.

²⁹ Trata-se dos numerosíssimos exegetas da Bíblia que o P^e Vieira conhecia muito bem, que são hoje em dia uns perfeitos desconhecidos, até mesmo para o público letrado. Os Santos, também citados, deixaram pela canonização e por escritos que ficaram célebres (cf. S. Agostinho) um rasto mais fácil de se indentificar.

³⁰ O teu Deus, que te untou com os óleos da alegria, tu e os teus companheiros.

³¹ Como filho e herdeiro.

³² Pede-mo e dar-te-ei os povos em herança e dar-te-ei a posse dos confins mais extremos da terra.

³³ David e Salomão, por exemplo, são ao mesmo tempo reis e profetas.

³⁴ Aquele que foi feito herdeiro dos universos pelos séculos.

³⁵ Ele é mesmo o herdeiro. Matemo-lo.

³⁶ Texto incompleto no próprio original.

³⁷ Todos os tens rendidos aos teus pés.

³⁸ O Senhor dar-lhe-á o trono de David e há-de reinar na casa de Jacob.

³⁹ Sabendo que o Pai entregou-lhe tudo nas próprias mãos.

⁴⁰ Tudo foi-me dado pelo Pai.

⁴¹ O poder foi-me dado tanto na terra como no céu.

⁴² Na verdade fostes comprados em alto preço. O texto de Vieira ficou inacabado. Não se conhece o que se segue, mas é fácil adivinhá-lo, por exemplo, a argumentação da «guerra justa» que viria a ser utilizada contra os índios. Pareceu-nos imprescindível transcrever o texto em totalidade, apesar das lacunas e das numerosas citações latinas (todas traduzidas, obviamente). Esse estado do texto é altamente significativo da suma dificuldade da empresa: por uma parte, tudo para Vieira é «artigo de fé», como tudo aquilo que está escrito nos textos sagrados, mas a relação de tudo isso com a História e com o Mundo não é nada evidente, daí o facto da obra vieirina ter ficado inacabada...